



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 38/XIII/ 1.ª SL

Aos 13 dias do mês de julho de 2016, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Saúde, na sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. *Informações;*
 2. *Apreciação e votação da ata n.º 37, relativa ao dia 6 de julho;*
 3. *Discussão e votação do Relatório Final da Petição n.º 70/XIII/1ª - «Pretendem que o Hospital Nossa Senhora da Graça, em Tomar, volte a ter internamento em Medicina interna e solicitam a melhoria do serviço de urgência» - Relator: Deputado Hugo Costa;*
 4. *Discussão e votação do Relatório Final da Petição n.º 86/XIII/1ª - «Contra o encerramento do Pólo de Saúde da Frazoeira» - Relator: Carlos Matias;*
 5. *Discussão e votação do Relatório Final da Petição n.º 94/XIII/1ª - «Pretendem que, no âmbito das Comemorações do Dia Mundial da Saúde 2016, a Assembleia da República recomende ao Governo a integração da Associação Protetora dos Diabéticos de Portugal no Serviço Nacional de Saúde, tal como previsto na Legislação em vigor (Decreto-Lei n.º 138/2013, de 19 de Outubro)» - Relator: Deputado José Luís Ferreira;*
 6. *Discussão e votação do Relatório Final da Petição n.º 74/XIII/1ª - «Pretendem o alargamento do acesso à ADSE a todos os portugueses» - Relator: Deputado Miguel Santos;*
 7. *Discussão e votação do Parecer sobre a Petição n.º 103/XIII/1ª - «Solicitam a despenalização da morte assistida» - Autora do Parecer: Deputada Ângela Guerra;*
 8. *Discussão e votação do Relatório Final da Petição n.º 62/XIII/1ª - «Solicita que seja criada legislação adequada para a isenção dos custos com os medicamentos e isenção das taxas moderadoras aos portadores de Fibromialgia e Fadiga Crónica» e discussão e votação do Relatório Final da Petição n.º 82/XIII/1ª - «Solicitam a isenção de taxas moderadoras para os doentes portadores de Fibromialgia» - Relatora: Deputada Maria Mercês Borges;*
 9. *Discussão e votação do Parecer relativo ao P.J.L. n.º 247/XIII/1ª (CDS-PP), «1.ª Alteração à Lei n.º 25/2012 de 16 de Julho, alargando a dimensão do Testamento Vital ao planeamento da velhice, para além da situação de doença» - Autor do Parecer: Deputado Luís Vales;*
 10. *Outros assuntos.*
- 10:30 - *Audição do STE - Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado; da FESAP - Federação dos Sindicatos da Administração Pública e da Federação Nacional dos*



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 38/XIII/ 1.ª SL

Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais, requerida pelo PCP, na sequência do «Relatório de Auditoria de Seguimento das Recomendações formuladas no Relatório de Auditoria ao Sistema de Proteção Social aos Trabalhadores em Funções Públicas».

1. Informações

O Presidente deu conta de que a Petição n.º 138/XII (1.ª), que «*Pretende que seja construído um novo edifício destinado ao Centro Hospitalar do Oeste/EPE, com sede em Torres Vedras*», baixou à Comissão, cabendo a elaboração do respetivo Relatório Final ao PS, que indicará posteriormente o Relator, e a Petição n.º 143/XII (1.ª), sobre «*Celebração de Acordos de Cooperação para Abertura de Unidade de Cuidados Continuados*», que baixou também à Comissão, cabendo a elaboração do Relatório Final ao PCP, que indicou a Deputada Carla Cruz (PCP).

2. Apreciação e votação da ata n.º 37, relativa ao dia 6 de julho

A ata n.º 37, relativa ao dia 6 de julho, foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do PCP e do CDS/PP.

3. Discussão e votação do Relatório Final da Petição n.º 70/XIII/1ª - «*Preendem que o Hospital Nossa Senhora da Graça, em Tomar, volte a ter internamento em Medicina interna e solicitam a melhoria do serviço de urgência*» - Relator: Deputado Hugo Costa

O Deputado Hugo Costa (PS) apresentou o Relatório da Petição n.º 70, dando conta do seu objeto, procedendo à sua análise e enunciando as diligências efetuadas, designadamente a audição dos peticionários, referindo a resposta dada pelo Ministério da Saúde a uma outra petição sobre a organização dos cuidados de saúde no Médio Tejo. Fez ainda referência às mais de sete mil assinaturas recolhidas para esta petição, que por falta de identificação dos peticionários não foram aceites como válidas, acabando por serem aceites apenas duas assinaturas, mas que expressam uma grande vontade popular. Os peticionários reconhecem que os três hospitais da região não podem dispor de todas as valências, mas consideram essenciais as especialidades de Pediatria e de Medicina Interna e o Serviço de Urgências. Concluiu dizendo que o Relatório deverá ser enviado ao Presidente da Assembleia da República, bem como aos peticionários, procedendo-se ao seu arquivamento em Comissão.

O Deputado Nuno Serra (PSD) concordou com o que foi expresso e acompanha as preocupações manifestadas sobre a falta de algumas valências no Hospital de Tomar.



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 38/XIII/ 1.ª SL

O Deputado Carlos Matias (BE) felicitou o Deputado Hugo Costa (PS) pelo Relatório, compreendendo, e considerando natural, que os habitantes de Tomar se sintam afastados dos serviços públicos, tendo em conta as carências existentes.

O Deputado Hugo Costa (PS) agradeceu as palavras dos Deputados. Referiu que os três Hospitais do Médio Tejo, de Abrantes, de Tomar e de Torres Novas, abrangem uma população de 200 mil habitantes, salientando que só ao Hospital de Tomar corresponde uma população de 100 mil habitantes.

O Presidente colocou o Relatório Final à votação, o qual foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do CDS-PP e do PCP.

4. Discussão e votação do Relatório Final da Petição n.º 86/XIII/1ª - «Contra o encerramento do Pólo de Saúde da Frazoeira» - Relator: Carlos Matias

O Deputado Carlos Matias (BE) apresentou o Relatório da Petição n.º 86, dando conta do seu objeto, procedendo à sua análise e enunciando as diligências efetuadas, designadamente a audição dos peticionários, bem como a informação do Ministério da Saúde sobre o objeto da petição, referindo que *«continuarão a ser prestados serviços médicos na Unidade de Saúde da Frazoeira através dos meios disponíveis no Agrupamento de Centros de Saúde do Médio Tejo, assim como os cuidados de enfermagem que se mantêm assegurados todos os dias da semana, incluindo os domicílios e que a unidade de saúde conta com médico três dias por semana»*. Fez referência ao *dossier* entregue pelos peticionários contendo notícias publicadas pela comunicação social, assim como uma pergunta do BE ao Governo e a respetiva resposta e também as diligências efetuadas junto de diversas instituições. Concluiu dizendo que o Relatório deverá ser enviado ao Presidente da Assembleia da República, bem como aos peticionários, anexando-se à Petição os documentos recebidos, e procedendo ao seu arquivamento em Comissão. Sugeriu que fosse analisado o convite que os peticionários fizeram à Comissão para visitar o pólo de saúde da Frazoeira. A título de curiosidade referiu que o Hino Nacional, de Alfred Keil, foi tocado pela primeira vez pela Banda Filarmónica da Frazoeira.

O Presidente cumprimentou o Deputado pelo seu Relatório. Igualmente cumprimentaram o Relator os Deputados Nuno Serra (PSD) , que espera que no futuro se possam colmatar as debilidades existentes, e o Deputado Hugo Costa (PS), que disse que o PS acompanha o Relatório, chamando a atenção para o número elevado de subscritores da Petição, tendo em conta a dimensão do concelho de Ferreira do Zêzere, aonde pertence a Frazoeira.



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 38/XIII/ 1.ª SL

O Presidente colocou à votação o Relatório Final, que foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PCP.

5. Discussão e votação do Relatório Final da Petição n.º 94/XIII/1ª - «Pretendem que, no âmbito das Comemorações do Dia Mundial da Saúde 2016, a Assembleia da República recomende ao Governo a integração da Associação Protetora dos Diabéticos de Portugal no Serviço Nacional de Saúde, tal como previsto na Legislação em vigor (Decreto-Lei n.º 138/2013, de 19 de Outubro)» - Relator: Deputado José Luís Ferreira

O Deputado José Luís Ferreira (PEV) apresentou o Relatório da Petição n.º 94, dando conta do seu objeto, procedendo à sua análise e enunciando as diligências efetuadas, designadamente o pedido de informação ao Ministério da Saúde, que manifestou na sua resposta *não parecer ser possível aceder ao pedido à luz da Lei de Bases da Saúde e do Estatuto do SNS, sem prejuízo dos cuidados prestados, serem, naturalmente, enquadrados na rede de prestação de cuidados de saúde, como já sucede, nos termos das bases IV «Sistema de Saúde e outras entidades» e a Base XIII «Níveis de cuidados de saúde», bem como a audição dos peticionários, que reafirmaram os propósitos e os fundamentos da Petição, recordando que a APDP, que tem mais de 90 anos, tem sido um parceiro em todas as circunstâncias, mas que se sente instável em termos financeiros e essa integração permitira estabilidade. Agradeceu os contributos de todos e o apoio prestado pelo serviço de apoio da Comissão, nomeadamente pela assessora Rosa Nunes. Concluiu dizendo que o Relatório deverá ser enviado ao Presidente da Assembleia da República, bem como aos peticionários, publicado no DAR, e agendada a Petição para plenário, tendo em conta o número de subscritores.*

O Presidente cumprimentou o Deputado pelo seu Relatório. Cumprimentaram igualmente o Relator os Deputados: Isaura Pedro (PSD), que discordou da opinião manifestada pelo Ministério porque a integração pedida pela APDP seria uma integração funcional e não formal e até porque se está perante uma associação que tem provas dadas na área onde se enquadra; Maria Antónia de Almeida Santos (PS), que referiu que a APDP é a mais antiga associação de doentes na prestação de cuidados aos diabéticos e reconheceu que a sua pretensão já vem de há muito tempo. Para mais fácil perceção solicitou ao Relator que incluísse no Relatório a resposta integral do Ministério da Saúde; Moisés Ferreira (BE), que reconheceu que se está perante uma associação que tem uma verdadeira complementaridade com o SNS, numa área onde a resposta do SNS é ainda incipiente, julgando assim que a pretensão da APDP parece justa, propondo ainda pequenos acertos no Relatório; e Isabel Galriça Neto (CDS-PP), que considerou que o papel da APDP na



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 38/XIII/ 1.ª SL

sociedade é o da prestação de cuidados de saúde em complementaridade, referindo que o CDS acompanha a pretensão da APDP, considerando que existe no Parlamento uma base alargada para dar acordo à pretensão.

O Deputado Relator agradeceu as palavras de todos os Deputados, manifestando disponibilidade para aceitar as propostas sugeridas.

O Presidente colocou o Relatório Final à votação, o qual foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PCP.

6. Discussão e votação do Relatório Final da Petição n.º 74/XIII/1ª - «Pretendem o alargamento do acesso à ADSE a todos os portugueses» - Relator: Deputado Miguel Santos

O Deputado Miguel Santos (PSD) apresentou o Relatório da Petição n.º 74, dando conta do seu objeto, procedendo à sua análise e enunciando as diligências efetuadas, designadamente a audição dos peticionários, que reiteraram entender ser possível que todos os trabalhadores portugueses possam beneficiar da ADSE. Deu nota, na sua opinião, que *«o PSD considera que uma matéria desta importância requer grande ponderação e bom senso, dado que envolve mais de um milhão e 200 mil beneficiários, e em caso algum aceitará uma solução que não assegure cabalmente a continuidade desse subsistema e a sua própria sustentabilidade. Assim, para o PSD, qualquer eventual alteração ao universo de beneficiários da ADSE deverá sempre ter em conta aqueles aspetos, cabendo evitar situações que ponham em causa o referido regime de proteção social e, assim, o acesso aos seus beneficiários»*. Concluiu dizendo que o Relatório deverá ser enviado ao Presidente da Assembleia da República, bem como aos peticionários, publicado no DAR e arquivado em Comissão, não necessitando ser discutido em Plenário tendo em conta o número de subscritores. O Relator propôs que a Comissão solicite ao Ministro da Saúde o envio da proposta de projeto de enquadramento e regulação, que contempla a revisão do modelo institucional, estatutário e financeiro da ADSE, apresentada ao Governo em cumprimento do disposto no Despacho n.º 3177-A/2016, de 1 de março, e dê conhecimento do presente Relatório Final aos peticionários, de acordo com o disposto no artigo 8.º da LDP.

O Deputado António Sales (PS) cumprimentou o Relator, concordando com o pedido solicitado porque ainda ninguém conhece o documento produzido pelo Grupo de Trabalho criado para estudar a sustentabilidade da ADSE.

O Presidente colocou o Relatório Final à votação, o qual foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do BE e do PCP.



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 38/XIII/ 1.ª SL

7. Discussão e votação do Parecer sobre a Petição n.º 103/XIII/1ª - «Solicitam a despenalização da morte assistida» - Autora do Parecer: Deputada Ângela Guerra

A Deputada Ângela Guerra (PSD) apresentou o Parecer sobre a Petição n.º 103, que foi solicitado pela CACDLG. Referiu o seu objeto, procedeu à sua análise e recordou o Parecer 11/CNECV/95, do CNECV sobre esta temática, as Leis n.º 25/2012, de 16 de julho e n.º 52/2012, de 5 de setembro, bem como as Bases II e IX da Lei de Bases dos Cuidados Paliativos. Fez uma referência às audições realizadas pelo GT criado na CACDLG, concretamente o Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida e as Ordens dos Médicos e dos Enfermeiros. Concluiu dizendo que o Parecer está em condições de ser remetido à CACDLG.

O Deputado António Sales (PS) cumprimentou a Deputada e agradeceu as informações prestadas pelos peticionários aquando da sua audição e que originaram a realização das audições referidas, aguardando-se que a 1.ª Comissão apresente o Relatório Final da Petição.

A Deputada Isabel Galriça Neto (CDS-PP) cumprimentou a Deputada, tendo informado que foi um privilégio participar nas audições realizadas, onde estiveram presentes Deputados da 1.ª e da 9.ª Comissões. Considera que o Parlamento pode abrir portas para a discussão desta matéria, tendo pedido ao Presidente da Comissão e a todas as bancadas parlamentares que se promova um debate público sobre a matéria.

A Deputada Ângela Guerra (PSD) agradeceu as palavras dos Deputados.

O Presidente colocou o Parecer à votação, o qual foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do BE e do PCP.

8. Discussão e votação do Relatório Final da Petição n.º 62/XIII/1ª - «Solicita que seja criada legislação adequada para a isenção dos custos com os medicamentos e isenção das taxas moderadoras aos portadores de Fibromialgia e Fadiga Crónica» e discussão e votação do Relatório Final da Petição n.º 82/XIII/1ª - «Solicitam a isenção de taxas moderadoras para os doentes portadores de Fibromialgia» - Relatora: Deputada Maria Mercês Borges

A Deputada Maria Mercês Borges (PSD) apresentou o Relatório Final das Petições n.º 62 e 82, subscritas respetivamente por uma e por 637 assinaturas, começando por informar na nota prévia que agregou as duas petições porque têm o mesmo objeto, ou seja, ambas pretendem que os doentes portadores de fibromialgia fiquem isentos do pagamento de taxas moderadoras e que tenham acesso gratuito aos medicamentos. Deu conta do seu objeto, procedeu à sua análise e referiu as diligências efetuadas, designadamente o pedido de informação ao Ministério da Saúde, de cuja resposta dá conta no Relatório, bem como da audição da única subscritora da Petição 62,



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 38/XIII/ 1.ª SL

que reiterou tudo o que consta do texto da petição, sublinhando as consequências desta doença incapacitante e a necessidade de que sejam comparticipados os medicamentos na sua totalidade. Concluiu declarando que o Relatório deverá ser enviado ao Presidente da Assembleia da República, bem como aos peticionários, referindo não carecer de publicação no DAR nem que as Petições sejam agendadas para Plenário, tendo em conta o número de assinaturas.

O Presidente felicitou a Deputada pelo seu Relatório, que aborda uma questão complexa.

O Deputado Luís Graça (PS) cumprimentou e felicitou a Relatora, saudando com o maior respeito os peticionários pela iniciativa. A fibromialgia é uma patologia subjetiva, que tem um diagnóstico difícil. O PS é sensível a essas dificuldades e acompanha o tema.

A Deputada Relatora agradeceu as palavras de todos os Deputados.

O Presidente colocou o Relatório Final à votação, o qual foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do BE e do PCP.

9. Discussão e votação do Parecer relativo ao PJI n.º 247/XIII/1ª (CDS-PP), «1.ª Alteração à Lei n.º 25/2012 de 16 de Julho, alargando a dimensão do Testamento Vital ao planeamento da velhice, para além da situação de doença» - Autor do Parecer: Deputado Luís Vales

O Deputado Luís Vales (PSD) apresentou o Parecer relativo ao PJI n.º 247/XIII/1.ª, mencionando o objeto, conteúdo e motivação da iniciativa, o enquadramento legal, constitucional e antecedentes e reservando a sua opinião para Plenário. Concluiu com o Parecer de que o Projeto de Lei em análise reúne os requisitos legais, constitucionais e regimentais para ser votado em Plenário.

O Presidente felicitou o Deputado e colocou os considerandos e as conclusões do Parecer à votação, que foram aprovados por unanimidade, estando ausente o BE e o PCP.

10. Outros assuntos

O Presidente informou que a próxima reunião da Comissão terá lugar no dia 20, para dar sequência ao requerimento do PSD que solicita as audições do Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Algarve e dos Diretores de Departamento do Centro Hospitalar do Algarve: Drs. Ana Lopes, Carlos Godinho, David Estevens, João Ildefonso, Pedro Leão Neves e Ulisses Brito e ao requerimento do PS que solicita a audição do Presidente do Conselho de Administração da Administração Regional de Saúde do Algarve, Dr. João Moura Reis.

Audição do STE - Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado; da FESAP - Federação dos Sindicatos da Administração Pública e da Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 38/XIII/ 1.ª SL

em Funções Públicas e Sociais, requerida pelo PCP, na sequência do «Relatório de Auditoria de Seguimento das Recomendações formuladas no Relatório de Auditoria ao Sistema de Proteção Social aos Trabalhadores em Funções Públicas»

O Presidente cumprimentou os representantes sindicais, enunciou a grelha de tempos que será utilizada, dando em seguida a palavra à Deputada Carla Cruz (PCP) para apresentar o requerimento.

A Deputada Cala Cruz (PCP) agradeceu a presença das três estruturas sindicais para debater questões relacionadas com a situação atual e futura da ADSE. Referiu que o PCP pediu ao Tribunal de Constitucional «a *fiscalização da constitucionalidade de normas contidas no Orçamento Retificativo ao Orçamento do Estado para 2014 e na Lei n.º 30/2014, de 19 de maio, que procede à modificação do valor dos descontos a efetuar pelos beneficiários para os subsistemas de saúde e que tenha apresentado nos vários Orçamentos do Estado propostas com vista à redução da contribuição a cargo dos trabalhadores*». Lembrou que, «*segundo dados do Tribunal de Contas, em 2014, o saldo acumulado fixou-se nos 139 milhões de euros, crescendo para 242 milhões em 2015 e prevendo-se que atinja os 336 milhões de euros em 2016. Simultaneamente, o desconto dos trabalhadores, estabelecido em 1980 com uma taxa inicial de 0,5%, tem sido sucessivamente aumentado, com especial incidência nos últimos anos, atingindo o valor de 3,5% em 2014*». Em resultado da auditoria do Tribunal de Contas (TC) à ADSE, perguntou aos sindicatos presentes o que têm a dizer sobre o Relatório do TC, designadamente quando refere que o aumento das quotizações gerou excedentes que foram utilizados e continuam a ser utilizados para «maquilhar» as contas públicas, perguntando se foram ouvidos sobre o Plano de Atividades da ADSE, dado integrarem o seu Conselho Consultivo.

O Deputado Miguel Santos (PS) agradeceu a presença dos sindicatos, considerando que a sua audição servirá para esclarecer as dúvidas surgidas relativamente às contas entre a ADSE e o Governo Regional da Madeira (RAM), que o TC interpreta de uma maneira e os governos anterior e atual interpretam de outra. Lembrou que por parte do Governo Regional dos Açores (RAA) também deverá ser feito um acerto de contas, que deve ascender a 80 milhões de euros. Pediu que de forma fundamentada se pronunciassem sobre o modelo de gestão e de financiamento da ADSE. Recordou que o PCP votou a favor do último OE que mantinha a taxa de 3,5% de desconto por parte dos trabalhadores, um valor que tanto criticaram.

O Deputado António Sales (PS) agradeceu a presença dos representantes sindicais, tendo perguntado se integram o Conselho Consultivo da ADSE e há quanto tempo não reúnem. Perguntou também se entendem que a ADSE se deve autonomizar conforme alguns grupos



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 38/XIII/ 1.ª SL

sugerem ou manter-se no setor público. Deu conta de algumas conclusões do último estudo feito pela ERS que analisa modelos de gestão e de financiamento.

A Deputada Joana Mortágua (BE) agradeceu a presença dos dirigentes sindicais. Reconhece que não existem muitos pontos de encontro entre a auditoria do TC e a Direção Geral da ADSE sobre as mesmas matérias, nomeadamente sobre o pagamento da dívida à RAM, a utilização de excedentes da ADSE e o duvidoso motivo para o aumento da quotização dos trabalhadores para 3,5%. Colocou questões sobre o porquê da diferença de tratamento das duas Regiões Autónomas, qual a relação da ADSE com as autarquias e para que serve o Conselho Consultivo, se não tem reunido.

A Deputada Isabel Galriça Neto (CDS-PP) agradeceu desde logo o contributo dos sindicatos para o esclarecimento da situação. Para o CDS-PP está claro que a ADSE deixou de ser um sistema deficitário e perguntou se entendem que a ADSE, à luz do atual modelo de mutualização, continua a ser sustentável.

O Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado (STE) esteve representado pela sua Presidente, Helena Rodrigues e por dois Vice-Presidentes. Helena Rodrigues referiu que a ADSE é uma questão complicada e o Relatório do TC permitiu trazer para a luz do dia algumas das questões que têm sido abordadas pelos sindicatos. Disse que o estudo sobre a sustentabilidade financeira foi pedido no início de 2015, que da auditoria efetuada resultou um conjunto de recomendações e que o novo estatuto devia garantir uma autonomia administrativa e financeira. Disse que o Conselho Consultivo de facto ainda não reuniu. Apenas existem relatórios de atividades da ADSE até 2010, que são anteriores aos últimos aumentos das quotizações e já indicavam excedentes, mesmo suportando todos os encargos que ao Estado competiam, tornando claro que o tema da sustentabilidade foi uma falsa questão para aumentar a contribuição.

A Federação dos Sindicatos da Administração Pública (FESAP) esteve representada pelo seu Presidente, José Abraão, e por Nobre dos Santos, tendo este reconhecido que os problemas da ADSE são muitos e têm de ser resolvidos a todos os níveis, nomeadamente é necessário saber qual é o montante das dívidas, quais as dívidas que estão auditadas e saber quem deve e quem tem acordos de pagamento. Considera que a ADSE deve continuar no setor público e o modelo de financiamento é o de participação do Estado e dos trabalhadores, sendo auditados os valores em causa. Referiu que há um grande défice de informação sobre a ADSE, por exemplo, não se sabe o que se passa, quantos trabalhadores renunciaram à sua inscrição na ADSE. A ausência de informação leva a que a FESAP não esteja munida dos dados suficientes para opinar sobre a gestão da ADSE. Sugeriu que se fizesse uma auditoria à gestão da ADSE, sem horizonte temporal.



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 38/XIII/ 1.ª SL

Pela Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais (Frente Comum) esteve presente uma delegação integrada por Alcides Teles, Nuno Almeida Cristina Torres, Fátima Amaral, Dulce Pinheiro e Eugénio Rosa. Alcides Teles disse que os Pareceres dos Tribunais de Contas e Constitucional, que são entidades isentas, são emitidos de acordo com as informações que têm sobre o assunto. Considera haver condições para reverter os descontos para a ADSE por parte dos trabalhadores, que estão a fazer empréstimos ao Estado a custo zero. Não partilham da ideia da dupla tutela nem da privatização da ADSE.

Na segunda ronda colocaram questões os Deputados Joana Mortágua, Isabel Galriça Neto e Carla Cruz, a que respondeu Helena Rodrigues, em nome do STE, José Abraão e Nobre dos Santos, em nome da FESAP e Eugénio Rosa, em nome da Frente Comum.

O Presidente agradeceu as explicações dadas pelas três estruturas sindicais.

A reunião foi encerrada às 13:30 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada, podendo a gravação áudio das audições ser acedida nos seguintes *links*:

http://srvvideo3/site/XIIILEG/1SL/COM/09_CS/CS_20160713_1.mp3

http://srvvideo3/site/XIIILEG/1SL/COM/09_CS/CS_20160713_2.mp3

http://srvvideo3/site/XIIILEG/1SL/COM/09_CS/CS_20160713_3.mp3

Palácio de São Bento, 15 julho 2016.

O PRESIDENTE

(JOSÉ DE MATOS ROSA)



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 38/XIII/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ângela Guerra
António Sales
Carla Cruz
Cristóvão Simão Ribeiro
Domingos Pereira
Fátima Ramos
Isabel Galriça Neto
Isaura Pedro
João Gouveia
José António Silva
José de Matos Rosa
José Luís Ferreira
Luís Graça
Luís Vales
Luísa Salgueiro
Maria Antónia de Almeida Santos
Marisabel Moutela
Miguel Santos
Moisés Ferreira
Ricardo Baptista Leite
Teresa Caeiro
Francisco Rocha
Idália Salvador Serrão
Laura Monteiro Magalhães

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Eurídice Pereira
Luís Soares